

Universidade Estadual do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Humanas

Faculdade de Educação

Crenilza da Silva Rodrigues

A cristalização do lugar da indisciplina escolar:

a indisciplina sobre múltiplos olhares.

São Gonçalo

2009

Crenilza da Silva Rodrigues

**A cristalização do lugar da indisciplina escolar:
a indisciplina sobre múltiplos olhares.**

Monografia apresentada, como
requisito para obtenção do título
de Pedagogo, a graduação em
Educação, da Universidade Estadual
do Rio de Janeiro

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Estela Scheinvar

São Gonçalo

2009

Crenilza da Silva Rodrigues

**A cristalização do lugar da indisciplina escolar:
a indisciplina sobre múltiplos olhares.**

Monografia apresentada, como requisito para
obtenção do título de Pedagogo, a graduação em
Educação, da Universidade Estadual
do Rio de Janeiro.

Aprovado em 21 de janeiro de 2010

Profª Drª Estela Scheinvar (Orientadora)

Profª Drª Rosimere Dias (Parecerista)

São Gonçalo

2009

DEDICATÓRIA

À Deus que me permite crer que tudo pode ser possível.

AGRADECIMENTOS

À Professora Doutora Estela Scheinvar – minha orientadora que para além de me orientar durante este projeto com sua competência se tornou presente de forma incentivadora para a conclusão deste trabalho monográfico.

À Vera Lúcia Rodrigues – minha mãe, pois mesmo diante das dificuldades sempre me mostrou que elas servem somente de estímulos para serem superadas a fim de alcançarmos os nossos objetivos.

À Felipe Alves – meu esposo, meu amigo pela compreensão, apoio e pelas longas conversas que sempre me impulsionaram a prosseguir.

À M^a de Fátima Raphael – minha amiga pelo apoio, presteza, reflexões e amparo quando precisei.

Quando se tem uma meta, o que era um obstáculo passa a ser
uma etapa de um dos nossos planos.

Gerhard Erich Boehme

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1. ABORDAGEM HISTÓRICA	12
2. INDISCIPLINA NO COTIDIANO ESCOLAR	17
3. OS ESPAÇOS DE VIGILÂNCIA	19
3.1 Arquitetura do espaço físico.....	19
3.1.1 As práticas de vigilância são diversificadas nos setores que compõem a escola.....	20
3.1.1.1 Disposição do espaço escolar.....	21
4. CONFLITOS NA RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO	25
5. CONCLUSÃO	30
6. REFERÊNCIAS	32
7. ANEXOS – Registros de encaminhamentos de alunos enviados para o conselho Tutelar	34

INTRODUÇÃO

O tema do trabalho monográfico surgiu frente a certas indagações sobre a indisciplina escolar, nas escolas públicas e privadas, cujas práticas estão sustentadas em relações hierarquizadas. Interessa, pois, discutir a relação disciplinar com o aluno, no contexto escolar, a partir do que é considerado como indisciplina. Comumente percebo que do ponto de vista do aluno, a indisciplina pode ser tida também como uma forma de expressar descontentamentos por vezes neutralizados frente às imposições exercidas pela escola, como por exemplo: nem sempre quando o aluno realiza uma conversa paralela durante a aula, com outro colega de classe, ele quer simplesmente atrapalhar a aula de um professor, mesmo que a conversa cause um “ruído” que interfira na comunicação do professor com a turma. Pode ser que essa conversa aborde uma questão que bem elaborada possa enriquecer a aula se o professor antes de inibir ou punir esse aluno, procure ter uma escuta mais sensível para ouvi-lo.

Ao longo da história, as sociedades vão construindo formas de organização, a partir de diversos interesses. Porém, pretendo ater-me aos processos disciplinares a partir do século XVII, no sentido de discutir as formas como certos métodos foram aplicados ao longo dos anos, marcadamente nos colégios, para garantir certos modelos de ordem, que marcam a escola enquanto equipamento social dedicado às práticas educativas, ligado à família e à religião. Os reformados católicos tendiam a ocupar postos de influência em relação aos Monarcas, exercendo função de conselheiros e confessores reais, além de serem educadores de príncipes herdeiros em colégios e instituições fundadas especialmente para eles, estando submetidos às tutelas da família e do colégio. Também ocupavam postos de autoridade nos Colégios Maiores das Universidades reformadas, não deixando de exercer influência sobre os filhos dos pobres. Com a “proteção paternal” exercia-se a tutela por meio de instituições caridosas e benéficas, onde eram acolhidos e doutrinados, os pobres com base na doutrina cristã. Os moralistas elaboravam programas educativos destinados à instrução da juventude, cabendo aos padres e sacerdotes a implementação de uma série de práticas educativas aplicadas nos colégios: desde o direcionamento espiritual do indivíduo até o acesso à leitura de livros, vedando os não indicados pelo clero.

Com o surgimento da escola, o acesso da criança se dava a partir dos seis anos de idade, agrupando os meninos maiores e os pequenos, (já que a partir do século XVIII são os meninos e não as meninas, que freqüentam os colégios). Com o avanço dos ensinamentos a

separação passa a ser feita também por motivos morais e de disciplina. As para as crianças órfãs eram colocadas em um local para se alimentarem já as que tinham mães e eram criadas por elas, aos seis anos de idade começavam a ser levadas para a escola pública, quando tinham acesso a ela, a fim de aprender as primeiras letras, os bons costumes e a viver de maneira modesta. Quanto à aprendizagem, o mais importante era a piedade cristã e a formação de juízo reto, para depois considerar a importância da leitura e da escrita. Segundo Varela e Alvarez-Uría, no final do século XVIII isto muda, pois a escola tem maior preocupação com a aprendizagem de conteúdos formais como meio de educação. A criança passa a conhecer a vida de maneira isolada, em uma espécie de quarentena. Esse espaço é a forma que adota a escola e tal processo de enclausuramento estende-se até hoje como meio de escolarização. (VARELA e ALVAREZ-URIA, 1992, pp.2-3)

Com a perda de espaços da sociedade soberana ¹ e a emergência da sociedade disciplinar, o indivíduo passa a ser fabricado por uma tecnologia específica de poder, que segundo Foucault chama-se disciplina. Segundo Foucault (2005) a sociedade disciplinar é contemporânea e caracteriza-se pelo aparecimento, no final do séc. XVIII e início do séc. XIX em diferentes países do mundo da Europa e do mundo, da reforma e a reorganização do seu sistema penal e judiciário. Neste sentido o princípio fundamental do sistema teórico da lei penal: toda falta cometida é uma infração à lei natural, à lei religiosa e a lei moral. Na sociedade disciplinar uma lei penal deve simplesmente representar o que é útil para a sociedade. Nesta sociedade o crime é semelhante ao pecado e a falta é algo que danifica e incomoda a sociedade, por conseguinte o criminoso é aquele que danifica e perturba, sendo um inimigo social por romper o pacto social.

1 A Sociedade Soberana tem como um dos traços fundamentais a circulação dos bens pouco assegurada pelo comércio, mas nitidamente assegurada por mecanismos de uma herança ou de transmissão testamentária. Um dos meios para assegurar à sociedade soberana a circulação dos bens era a guerra, a ocupação da terra. Essa circulação de bens se faz igualmente em forma de rivalidade e de constentação. Por um lado se concentra nas mãos dos mais poderosos as armas, que impedem a sua utilização pelos menos poderosos. Ao vencer alguém priva-se o indivíduo do acesso as armas fazendo com que os estados feudais, os poderosos e o monarca se fortaleçam, assim os que detêm mais poder controlam, por sua vez os litígios judiciários.

A individualização é máxima e a soberania é exercida por aquele que é detentor de privilégio, seja por rituais, por cerimônias ou por discursos. O soberano manifesta superioridade por meio de procedimentos de individualização “ascendente”. Na sociedade disciplinar essa individualização é descendente, pois o poder se torna anônimo e funcional, através de observações e fiscalizações. O poder é fortemente exercido tornando os submissos ainda mais individualizados.

Segundo Foucault, os efeitos do poder não são aspectos negativos, como se o poder sempre excluísse, reprimisse, censurasse, mascarasse, esconder-se...o poder produz, isso é evidente, já que o indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter dá origem à produção da realidade.(FOUCAULT, 2003p. 26-27)

Nas relações de luta, de poder, há a compreensão sobre o que consiste o conhecimento, como na forma em que os alunos entre si procuram dominar uns aos outros, como quando por exemplo, se candidatam a vigiar a turma na ausência do professor, listando os nomes dos companheiros que não se comportam adequadamente, querendo assim afirmar um modelo disciplinar de relações de poder. O conhecimento dá ao indivíduo poder, pois o conhecimento é capaz de esquematizar e até ignorar as diferenças.

“O caráter perspectivo do conhecimento não deriva da natureza humana, mas sempre do caráter polêmico e estratégico do conhecimento. Pode-se falar do caráter perspectivo do conhecimento porque há batalha porque o conhecimento é o efeito dessa batalha.” (FOUCAULT, 1994, p.25)

Para além da questão histórica, esse trabalho discute algumas nuances de como a indisciplina é vista, atualmente, no cotidiano escolar, através do olhar dos alunos na fala dos educadores a indisciplina é como uma raiz concreta que pode prejudicar: o trabalho pedagógico, o rendimento escolar, a relação entre professores e alunos... Já para os alunos ser “bagunceiro” (título que as próprias crianças incorporam sobre si mesmas), ou seja, ser indisciplinado é “normal”. É ser possível se expressar da maneira como eles acham que deve ser, trazendo à tona uma forma legítima de resistência. Isso porque a maioria dos alunos é assim também quando estão em família, apesar de que há alunos que apresentam atitudes e comportamentos na escola bem distintos dos que costumam ter quando estão com suas famílias, ou seja, desde o aspecto de cunho pedagógico até o familiar são múltiplos os olhares no que se referem a indisciplina escolar, isso porque a questão disciplinar é latente em diferentes níveis de escolaridade, independente da faixa etária dos educandos, do nível social

em que os alunos estejam inseridos ou do tipo de instituição escolar, seja ela privada ou pública.

A vigilância utilizada dentro das escolas está intrinsecamente associada ao espaço físico que a escola comporta tanto no que se refere à arquitetura quanto ao aproveitamento e utilização desse espaço.

Inserida na sociedade disciplinar a escola, enquanto equipamento social tem como protagonistas seus educadores e alunos. Estes enfrentam situações conflitantes que permeiam o cotidiano escolar. Os conflitos muitas vezes resultam em estigmas no que se refere aos alunos apontados como sem limites e envolvem até mesmo a família. Tudo isso com o intuito de se apontar culpados para justificar a questão da indisciplina escolar.

Ao seguir paradigma que se perpetuou ao longo da história, a escola continua a usar de meios punitivos com a finalidade de conter a indisciplina. Como por exemplo, não se coloca mais o aluno ajoelhado sobre grãos de cereais, como outrora nos conventos, mas o aluno fica sobre o tapetinho da indisciplina, mesmo que esses alunos sejam de turmas da Educação Infantil. Usam-se o tapetinho com o objetivo que o aluno reflita sobre o seu comportamento inadequado e não volte a repeti-lo, ou seja, as punições visam impor limites aos alunos que praticam as infrações e a coagir os que ainda não praticaram a fim de controlá-los.

1 – Abordagem histórica

A Companhia de Jesus, no século XVI, expandia para além da Europa toda a estrutura de ensino suplantada pelo *Ratio Studiorum*², marcada pela disciplina dentro dos colégios. Antes da aplicação de castigos físicos o professor se utilizava de recursos morais que apelavam para os sentimentos nobres de honra e dignidade do aluno. Segundo Leonel Franca (FRANCA, 1951, p 60), os padres jesuítas não eram a favor dos castigos corporais, entretanto, deles faziam uso com a finalidade de “suavizar a disciplina”. Porém, em ocasiões especiais, ao professor cabia o direito de receber um chicote, que era usado como instrumento em missão disciplinadora, para bater no aluno que não soubesse a lição, fazendo uso da palmatória, contanto que não passassem de seis golpes e somente nas mãos. Estes golpes nunca poderiam ser aplicados no rosto ou na cabeça. Também recorriam a castigos como a reclusão do aluno em algum canto, com uma ou duas pessoas como testemunhas, partindo do princípio que essa punição deveria ser feita com a devida moderação, sem deixar aflorar o chamado lado humano do professor embebido pela ira.

No ano de 1520, um Reitor da Universidade de Paris era aconselhado a agir de forma tirana na educação dos meninos, como é relatado no trecho a seguir:

“Quando cárem em falta, ou forem colhidos em mentira, quando tentarem sacudir o jugo, murmurarem ou formularem a mínima queixa, bater de rijo e não deixar de bater nem abrandar a correção até quebrar-lhe a arrogância e torná-los mais calmos que o azeite e menos resistentes que a polpa de melão.” (FRANCA, 1951, p.61)

No século XVII as crianças começam, dentro dos colégios, a serem separadas por idade e por sexo sob forma de isolamento, como um dispositivo eficaz na constituição da infância. As famílias já consentiam com a forma disciplinar, porque este controle se fazia presente nas relações sociais de maneira geral. Os colégios separavam as crianças por idades e por grau de conhecimento, como estratégia para a obediência, antes mesmo de aprenderem a ler e a escrever (VARELA e ALVAREZ-URIA, 1992 p. 9).

2 O *Ratio Studiorum* ou Plano de estudos da companhia de Jesus, historicamente foi um código de ensino em que se pautou a organização e a execução de atividades pedagógicas nos inúmeros colégios em várias partes do mundo onde a Companhia de Jesus se fundou.

Os meninos eram aconselhados a serem sempre obedientes aos professores e reitores, pois assim evitariam que as suas faltas fossem motivos para serem castigados e repreendidos publicamente. Isso torna claro que a disciplina é o efeito do exercício de um poder que adentra o indivíduo para depois apropriar-se dele e expropriar as possíveis forças existentes, a fim de utilizar essas mesmas forças (FOUCAULT, 1987, p 143). A indisciplina impossibilitaria a fabricação de pessoas propícias a serem utilizadas como instrumentos.

Enfim, essas práticas educativas são históricas, elementos como aluno-problema ou a indisciplina não são naturais, pois fazem parte de um conjunto de práticas no campo de forças político-econômico-social que cabem problematizar para compreender como se instituem ainda hoje. (HECKERT, A.L, et.all, 2001)

As práticas de disciplinarização não se caracterizam por uma perspectiva de domesticação dos corpos, não como na escravidão, de apropriação, de submissão, mesmo que se considere que não só na sociedade disciplinar como em qualquer outro tipo de sociedade, seja por escravidão ou por domesticação, o corpo está sempre atrelado a poderes que lhe esmaga impondo o exercício de suas obrigações. No tocante ao surgimento das práticas de disciplinarização não basta o aumento das habilidades do corpo ou até mesmo o avanço de medidas de sujeição, e sim formar uma relação capaz de tornar o corpo mais obediente e um tanto útil e, assim, inversamente (FOUCAULT, 1987, pp118-119). Os fundamentos das práticas aplicadas nos conventos também estão presentes nas instituições escolares e são aplicadas independentemente da faixa etária dos alunos. Não com semelhanças nos castigos impostos fisicamente como os pequenos martírios no uso da fêrula ou no uso da palmatória³, mas com o uso de uma violência seja ela física ou verbal, já que qualquer tipo de violência deixa marcas da sua formação, são mecanismos para tornar o aluno cada vez mais receptivo para atender às obrigações de forma obediente.

³ A fêrula é um instrumento de duas fitas de couro costuradas juntas: com dez a doze polegadas de comprimento, incluindo o cabo para segurá-la e já a palmatória era oval de duas polegadas de diâmetro, peça circular de madeira. A palmatória servia para bater na palma da mão esquerda, com um ou dois golpes, no máximo, e era usada somente pelo mestre.

No século XXI é ainda possível observar práticas disciplinares nas escolas baseadas na aplicação de castigos, embora raras vezes físicos, pois em sua maioria morais. A minha prática pedagógica faz-me afirmar que os castigos morais são comuns nas escolas. Nós docentes costumamos constranger e ameaçar os alunos a fim de inibirmos atitudes voltadas para comportamentos considerados indevidos ou abusivos. No cotidiano escolar, os alunos resistem aos professores quando são pressionados a aceitarem as regras.

Em contrapartida, os professores, diante da resistência dos alunos, os punem com restrições para ir ao banheiro, ao bebedouro, ao recreio, para participar em uma atividade extra curricular... Imposições estas bem semelhantes às apresentadas no texto *Recomendações Disciplinares*, editado em 1922:

“Não há creanças refractarias à disciplina, mas somente alumnos ainda não disciplinados. A disciplina é factor essencial do aproveitamento dos alumnos e indispensável ao homem civilizado. Mantêm a disciplina, mas do que o rigor, a força moral do mestre e o seu cuidado em trazer constantemente as creanças interessadas em algum assumpto útil.

Os alunos se devem apresentar na escola minutos antes das 10 horas, conservando-se em ordem no corredor da entrada, para dahi descerem até o pateo onde entoarão o cântico.

Formados dois a dois dirigir-se-hão depois às suas classes acompanhados das respectivas professoras, que exigirão delles se conservem em silencio e entrem nas salas com calma sem deslocar as carteiras.

Deverão andar sem arrastar com os pés, convindo que o façam em terça, evitando assim o balançar dos braços e movimentos desordenados do corpo.

Em classe a disciplina deverá ser severa:

___ os alumnos manterão entre si silêncio absoluto,

___ não poderá estar de pé mais de um alumno;

___ a distribuição do material deverá ser rápida e sem desordem;

___ não deverão ser atirados no chão papeis ou quaesquer cousas que prejudiquem o asseio da sala;

___ sempre que se retirem da sala a turma deixará na mais perfeita ordem;

No recreio a disciplina é ainda necessária para que elle se torne agradável aos alumnos bem comportados:

___deverão os alunos se entregar a palestras ou a diversões que não produzam grande alarido;

___deverão merecer atenção especial os alunos que se excederem em algazarras com prejuízo da tranqüilidade dos demais;

___serão retirados do recreio ou sofrerão a pena necessaria os alunos que gritarem, fizerem correrias, damnificarem as plantas ou prejudicarem o asseio do pateo com papeis, cascas de fructas, etc;

___deverão os alunos no fim do recreio formar com calma sem, correrias, pois que o toque de campanha é dado com antecedência necessaria.

Deverão os alunos lavar as mãos e tomar agua no pavimento em que funcionar a classe a que pertençam [...]

Ao findarem os trabalhos do dia cada classe seguirá em forma e em silencio até a escada da entrada, e só descida esta, se dispersarão os alunos. (MORAES, 1922, pp.9-10)

Segundo o texto citado as imposição expostas estão ainda presentes hoje no cotidiano de muitas escolas brasileiras, também associadas ao controle e ordem não só da fala dos alunos como do corpo.

No cotidiano escolar os mecanismos disciplinares tendem a neutralizar as diferenças, reafirmando que não há espaço para a singularidade dentro da escola, impossibilitando a aceitação de alguns indivíduos, isto é, a escola enquanto equipamento social ainda hoje não lida como o "diferente", com o indivíduo que não se enquadra no seu padrão de comportamento. A subjetividade é o modo de pensar, agir... interiorizado e adquirido em conhecimentos, crenças, valores, competências na estruturação da personalidade humana. A escola, como qualquer instituição social, lida com a subjetividade, mas subentendendo que as pessoas que sejam todas iguais. Há quem afirme: quanto mais igual, mais fácil de dirigir.

“A homogeneização é exercida através de mecanismos disciplinares, ou seja, de atividades que esquadrinham o tempo, o espaço, o movimento, gestos e atitudes dos alunos, dos professores, dos diretores, impondo aos seus corpos uma atitude de submissão e docilidade” (GUIMARÃES, 1985, p.66)

Os mecanismos disciplinares produzem padronizações, inibindo as singularidades de cada aluno, o que o distingue dos demais no cotidiano escolar. Nas escolas onde tenho lecionado o índice da indisciplina tem aumentado, isso porque quando analisada de uma

maneira menos generalizada a indisciplina escolar pode ser tida como a expressão de singularidades dos discentes. O fato de alunos não mais serem encaminhados somente à direção da escola precisa ser levado em conta.

A direção escolar quando não mais detem os recursos para lidar com situações de agressões físicas e verbais entre os alunos, opera por solicitações feitas aos pais para se responsabilizarem pelas possíveis “soluções” diretores acabam por encaminhar os alunos “indisciplinados” ao conselho tutelar para o registro dos fatos ocorridos. Isto fala, dentre outras coisas, de resistências cada vez maiores dos alunos às normas impostas. Essas resistências se fortalecem porque frente punição os mesmos são expostos a uma vergonha, da humilhação de quem cometeu uma infração. Quando para além, o aluno tem sua falta “publicada” por meio de cartazes espalhados pela escola, fazendo com que ele receba por parte até mesmo de alguns outros alunos uma reação de desprezo, de condenação (FOUCAULT, 2005, p.82). No que se refere a alguns alunos, vale discutir, até onde punições como estas surtem efeito, mesmo quando há coerção por parte de professores, diretores e pais. Após analisar os relatos de registros de encaminhamentos dos alunos “indisciplinados” ao conselho tutelar, ao retornarem para a escola esse alunos acabam por reincidir em atitudes condenáveis pela instituição escolar. Quando os alunos voltam a reincidir no comportamento proibido são encaminhados para a coordenação, para a direção e até mesmo são encaminhados aos conselhos tutelares novamente, tendo efeito, de uma “bola de neve” que se aumenta o problema e não se encontra uma possível solução.

A escola, ao não conter esses alunos estigmatizados como indisciplinados, continua aplicando métodos punitivos buscando o controle dos educandos, submetendo-os, sujeitando-os e buscando docilizá-los para tornando-os úteis para o funcionamento da mesma e transformá-los em modelos de comportamento.

2- A indisciplina no cotidiano escolar

A escola continua a usar meios punitivos, desde as primeiras séries, com instrumentos como "tapetinho da indisciplina": ... o aluno que não obedece as regras impostas ficará sentado por alguns minutos no tapetinho da indisciplina. Ações como estas são adotadas em turmas de Educação Infantil, a partir do 1º ano, ou seja, de 2 a 3 anos de idade. Em séries mais avançadas, como as do ensino fundamental, inúmeras são as tentativas dos educadores para moldarem os comportamentos, não aceitando atitudes como: conversar paralelamente durante a exposição dos conteúdos, o que pode ser entendido como uma resistência ao que os professores lhes impõem. Regras como esta, para muitos não têm sentido, são tidas como meios de por “limites” para a criança. Algo que constantemente faz parte da fala dos professores é que as crianças não têm limites e por isso elas precisam sofrer coerção para aprender a ter comportamentos “adequados”. No entanto, vale refletir se realmente há essa ausência de limites, ou excesso dos mesmos na maioria das crianças que freqüentam as escolas brasileiras.

Atitudes como estas por parte do educador resultam no desentendimento das orientações dadas ao professor para controlar seus alunos. Se as crianças não obedecem, nada a fazer. Portanto, educação escolar é igual a disciplina, o que deixa de lado decorrências possíveis defendidas por Aquino no tocante ao papel do educador:

“Primeiro: o desperdício da força de trabalho qualificada, do talento profissional específico de cada educador. Segundo: o desvio de função, pois professores deveriam ater-se a suas atribuições didático-pedagógicas. Terceiro: a inevitável quebra do contrato pedagógico, o que implica, a nosso ver, um comprometimento de ordem ética, uma vez que a proposta de trabalho educacional raramente se cumpre de maneira satisfatória, gerando assim um estado aberto de ambigüidade e insatisfação __ tão fácil de constatar atualmente...” (AQUINO, 1996, p.54).

. A escola passa a se pautar na rotulação pejorativa e ofensiva, utilizando comunicados e carimbos, qualificando como péssimos ou regulares para estigmatizar entre alunos e corpo docente.

Não obstante, os meios punitivos se modificam, conservando suas características básicas. Não mais se coloca o aluno em um lugar solitário na presença de uma ou duas

testemunhas como outrora, mas alguns alunos devem permanecer em pé durante minutos dentro da própria sala de aula para cumprirem castigo. Diante de punições como estas algumas famílias apóiam o trabalho feito pela escola, outras se opõem, sobretudo quando o aluno é constrangido ou demonstra insatisfação.

A disciplinarização não começa na escola, a família já inicia esse processo desde os primeiros anos da infância. Mas para buscar o ideal de aluno, o padrão, a escola exerce um poder disciplinador cujo efeito primordial é de adestramento fazendo o uso de uma instrumentalização complexa: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora, e o exame (FOUCAULT, 1987). De acordo com a visão do professor, o aluno é conduzido (caso haja insistência de se comportar inadequadamente) a uma conversa com o coordenador ou diretor da escola, os pais são solicitados a comparecer na escola para ouvirem o relato de todo o comportamento indevido do aluno, às vezes sendo ofendido moralmente durante a conversa com o superior.

Em algumas instituições escolares a diretoria tende a aniquilar as relações informais entre professores e alunos, pois elas são tidas como prejudiciais, porque para alguns diretores essas relações podem legitimar a indisciplina como uma forma autêntica de resistência por parte dos alunos, devido a proximidade afetiva e de liberdades comportamentais com alguns professores. Assim, durante o recreio, o professor deve manter-se na sala dos docentes e não lanchando no pátio com os demais alunos, não deve haver momentos de descontração e de brincadeiras banais entre professores e alunos, cabe ao professor saber de particularidades da vida familiar dos alunos, mas de forma alguma assuntos da vida pessoal do professor devem ser expostos aos alunos... No entanto, essas relações de proximidade além de importantes podem se tornar ricas, porque podem potencializar o processo de ensino-aprendizagem, quando este não se pauta no autoritarismo.

Em uma outra perspectiva distante da hierarquização e obediência como a condição para o trabalho pedagógico, os agentes necessitam estar dentro da escola falando com as pessoas, conhecendo os cantos, portas, salas. Mantendo relações informais com as pessoas: brincando, discutindo, sofrendo um pouco do dia-a-dia, o calor, o cansaço, percebem no decorrer do trabalho como é necessário construir espaços de análises e discussões que envolvam professores, merendeiras, secretárias, corpo técnico, pais e alunos, com o objetivo de socializar os processos que permeiam a escola e a vida cotidiana a fim de escapar da individualização e do isolamento.(HECKERT, A.L, et.all, 2001, p. 240)

3- Os espaços de vigilância

A vigilância é uma prática permanente na sociedade disciplinar. Na escola ela está presente e se torna mais evidente por meio da relação hierarquizada entre professor e aluno.

O espaço físico escolar está orientado a favorecer a vigilância de diversas formas, seja por meio do confinamento, as localizações funcionais dos lugares fixos, etc. São mecanismos de controle que introduzem normas produzidas pela sociedade de disciplinar. O aluno, dentro da escola, além de confinado ocupa o seu lugar específico, em uma relação “onde há cada aluno no seu lugar e, em cada lugar, um aluno”. Segundo Foucault, isso contribui para a dispersão de grupos, decomposições de manifestações coletivas, rompimentos de comunicações inapropriadas, ou seja, relações condenáveis muitas vezes pela escola. Enfim, além da possibilidade de uma vigilância constante a regras das localizações funcionais, permite a criação de um espaço útil.

Alguns elementos direcionam a questão disciplinar dentro da escola, dentro deles destacam-se:

➤ **A arquitetura do espaço físico enquanto instrumento da vigilância escolar**

As escolas independentemente das semelhanças no tamanho ou na sua estrutura física possuem arquitetura diversificada. Em algumas escolas é clara a falta de um prévio planejamento antes da construção do espaço escolar, isso ocasiona problemas de acesso dos alunos às dependências, sobretudo para os alunos portadores de deficiência física e de insuficiência do reduzido espaço para comportar o número de alunos, principalmente dentro das salas de aulas.

Um ambiente onde o aluno estuda deve ser adequado com o intuito de propiciar na criança o prazer por estar na escola, já que o espaço escolar na maioria das vezes não é atrativo para os alunos, como relata a letra da música de autoria do Gabriel O pensador, cujo o título é Estudo Errado que expõe questões relacionadas à escola como: “Eu to aqui pra quê? Será que é para aprender? Ou será que é para aceitar e me acomodar? É comum a escola "lavar as mãos" quanto aos alunos que não se igualam aos considerados disciplinados. Os tidos como indisciplinados questionam querendo compreender o porquê devem permanecer sentados quase imóveis, comunicáveis durante uma média de três horas e meia em cadeiras

desconfortáveis, sendo observados constantemente pelo professor e pelos colegas, saturados de serem constantemente controlados, sendo obrigados a fazer parte de um modelo nada encantador para esses educandos.

- As práticas de vigilância são diversificadas entre nos que compõem a escola.

Os agentes institucionais⁴ queixam-se sempre do comportamento dos alunos afirmando que as crianças não têm limites pela culpa da família. Em outros casos essa culpa é remetida à condição social do aluno: quanto aos de classe média e alta são alunos que têm quase tudo o que querem por isso muitos são estigmatizados como “abusados” quando não reconhecem a hierarquia na relação entre professor e aluno e os de classe baixa, sua situação de pobreza também é considerada a razão de seu comportamento.

Em contrapartida, segundo Aquino (1996) tanto nas escolas privadas quanto públicas, em diferentes níveis de ensino, em geral tem-se restringido à demanda por normalização da conduta no cotidiano escolar, ou seja, embora haja um discurso segundo o qual a escola deva exercer a sua tarefa epistêmica fundamental, no cotidiano escolar a normalização ocupa grande parte do trabalho pedagógico, pois é nítida a insistência na regulamentação de práticas moralizadoras.

Ao se desnaturalizarem as relações em análise e ao intervir nos equipamentos sociais, pode ocorrer um estranhamento destas questões que à primeira vista parecem comuns: Por que a indisciplina escolar é algo tão recorrente? O que leva à produção desse comportamento? Questões como estas na escola tidas como inaceitáveis, são potentes e frente aos acontecimentos do cotidiano escolar são passíveis de serem exploradas, já que elas contêm significações que vão além do juízo moral. (Scheinvar, 2008)

⁴ Agentes institucionais são aqueles que, a rigor, teriam a prerrogativa de posse ou guarda do objeto no caso da escola esses se refere aos diretores, professores, inspetores, nos hospitais os médicos, no sistema judiciário os juizes, advogados...e o objeto em questão seria o conhecimento, a saúde e o direito entre outros, esses objetos são produzidos mediante a ação concreta dos agentes institucionais por eles responsáveis.(Aquino, 1996,p.50)

➤ Disposição do espaço escolar

O espaço físico pode influenciar no comportamento, e contribuir para o desinteresse da criança. Pode não contribuir com a concentração dos alunos durante as atividades escolares, quando não é bem aproveitado. A escola deve acolher os alunos dispondo de um espaço propício para os estudos.

No texto “A escola como espaço de invenção” as autoras descrevem um espaço escolar que exemplifica a sua disposição de forma precária, apresentando características comuns a muitas em algumas escolas brasileiras:

“... o espaço físico da escola era bastante precário: paredes sujas e descascadas; chão esburacado: telhado de telhas eternit, esquentando ao sol, tornando as salas em forno: ausência de ventiladores: inúmeras carteiras quebradas não raro os alunos sentavam-se em duplas, dividindo uma mesma carteira. A escola não possuía bebedouro e os alunos bebiam água, colhida de filtro de barro, reutilizando o mesmo copo. Faltava espaço para recreação. Faltava lugar para a merenda: os poucos alunos que merendavam ficavam em pé, ou sentavam-se no chão, com o prato na mão.” (HECKERT, A.L, et.all, 2001, p. 242)

Dentre os elementos citados anteriormente, o mais importante e possibilitador da manutenção da disciplina é uma disposição adequada do espaço. Este aproveitamento é eficaz quando propicia ao aluno fazer uso dele de forma a contribuir para o seu desenvolvimento intelectual, físico e social, mesmo que para isso prevaleça a ideia de que o espaço físico em sua organização é utilizado para se adequar às demandas do mercado de trabalho.

As escolas, assim como outras instituições na sociedade disciplinar têm seus espaços fechados. Mesmos que esses espaços sejam claros e se apresentem como luminosos o esquema de fechamento por si só permite a prática da vigilância e o controle das formas que conduz a relação entre os alunos.

Interessa apontar que a estrutura da escola é específica. Mudam-se as cores, os tamanhos... mas a organização espacial dos elementos que a constituem é semelhante no que tange a: posicionamento das carteiras enfileiradas próximas uma das outras, lugar onde é colocada a mesa do professor facilitando a sua vigilância, espaços sanitários, a arrumação do

refeitório. Pouco importa a distância desses elementos. O espaço acaba sendo específico e funcional; espaços estes que possuem história.

“A regra das localizações funcionais vai pouco a pouco, nas instituições disciplinares, codificar um espaço que a arquitetura deixava geralmente livre e pronto para vários usos. Lugares determinados se definem para satisfazer não só à necessidade de vigiar, de romper as comunicações perigosas, mas também de criar um espaço útil.” (FOUCAULT, 1994, p. 123)

Quanto aos espaços sanitários é interessante analisar que ainda hoje, em várias instituições escolares são semelhantes aos descritos por Foucault no século XVII: as meias portas dos assentos dos vasos sanitários são utilizadas como forma de controle dentro das escolas - e até em universidades – assim observam-se a cabeça e as pernas dos alunos, com o intuito de contribuir para o aprisionamento dos comportamentos singulares e impossibilitando qualquer tipo de comunicação entre os alunos. Também o toque de campainha, semelhante ao que ocorria nas fábricas... os alunos são obrigados e reprimidos, como quando os professores não aceitam que permaneçam no pátio ao soar os sinais para a entrada, fins dos intervalos e saídas da escola. Os professores, de sua parte, também obedecem disciplinadamente essa ordem e a afirmam por meio de suas práticas.

Vale ressaltar que considerando a vigilância como um mecanismo de controle primordial para a escola, a mesma faz uso da vigilância com elementos que se referem ao espaço físico. Sua arquitetura sendo previamente planejada ou não, acaba por visar a imposição de um comportamento dos alunos aceitável pelos professores. A disposição do espaço físico permite ao professor impor um olhar hierárquico sobre os alunos aumentando a vigilância, controle e, isso não garante a dissolução da indisciplina, pelo contrário acaba muitas vezes por cristalizá-la. Alguns modelos arquitetônicos no interior dos espaços escolares não são totalmente adaptados principalmente a partir do 1º ano do ensino fundamental, para propiciar uma boa comodidade para alunos e professores. É preciso repensar a forma de dispor o espaço físico escolar adequando-o às necessidades dos alunos, professores, coordenadores... e a realidade social onde está inserida. Ao invés disso o que se tem, no início do ano letivo, o uso tradicional desse espaço, distanciando cada vez mais interesses que poderiam potencializar o processo de ensino-aprendizagem dos alunos, além de estimular a assiduidade na escola, em um espaço no qual boa parte dos educandos se identifiquem.

A escola utiliza-se de tecnologias de vigilância para exercer o poder. Existem as que colocam no centro da sala de aula uma réplica de câmera que não funciona, dizendo aos alunos que está ligado e que tudo é visto pelo diretor, mesmo não ocorrendo, coagindo por meio do engano e controlando. Outras fazem, dos aparelhos filmando que ocorre dentro das salas de aula, corredores, enfim, dependências da escola.

Devido ao avanço da tecnologia as vigilâncias também se tornam múltiplas, os olhares são visíveis aos alunos, eles sabem que são vigiados, mesmo que por vezes não mantenham o contato direto com os “vigias” que os observam. Como nas instituições escolares das décadas passadas, algumas escolas, na falta de recursos financeiros, as escolas fazem o uso da vigilância hierárquica. Isso se evidencia que o aluno é alvo de um olhar que incrimina, acusa olhar sustentado por uma violência ligada a regras escolares. Algumas dessas ordens não disciplinam, pois na maioria dos casos, não fazem sentido para o aluno. Quando este conversa durante a aula, não faz sentido deixar de conversar já que está com vontade, por isso insiste nesta atitude, mas ao precisar se ausentar da sala de aula o professor sempre tem à sua disposição alguns alunos, que voluntariamente, se dispõem a vigiar os colegas, listando seus nomes para o professor.

Ao discutirem essas ordens no início do ano letivo, possivelmente os alunos reafirmam as regras que o professor coloca, repetindo como necessárias as imposições e a cobrança do seu cumprimento, pois assim os olhares se multiplicam. Esses olhares encontram o aluno quando há uma acusação de insubordinação, desobediência, indisciplina que configure um “mau comportamento” (Scheinvar, 2008) e o educador e os alunos são vigias, fixando seus olhares uns sobre os outros, fazendo com que a coerção seja visível a todos.

Ao analisar o aproveitamento do espaço escolar, durante atividades extra classe, observei também dificultar a concentração de alguns alunos quando os eventos escolares são realizados, sem um adequado planejamento. Em eventos escolares o acesso entre espaços era feito por alunos de diferentes segmentos, sendo comum a circulação de alunos entrando e saindo da escola durante este período. Nesse movimento, mesmo quando saiam da escola os alunos eram controlados porque, na maioria das vezes, sua saída só era permitida mediante uma autorização do professor. Ao sair da escola o aluno deveria apresentar uma justificativa para esse deslocamento não habitual. Essa solicitação era apresentada a um dos inspetores que liberava o aluno. Interessante lembrar que durante a pesquisa observei em uma escola privada, localizada na zona sul de um município do Rio de Janeiro, com uma estrutura física

pequena para comportar o número de alunos, que atendia desde a Educação Infantil até o Ensino Médio. A instituição liberava os alunos com mais de 14 anos para saírem da escola no intervalo do recreio para fazerem uso diário das áreas de lazer próximas à escola, sem o acompanhamento de nenhum inspetor ou professor. No entanto, esses alunos deveriam se apresentar no interior da instituição cinco minutos antes do intervalo terminar. Com isso o aluno que não cumprisse a regra imposta a respeito do retorno, teria o seu direito de sair cancelado durante três dias de aula, cabendo-lhe provar com seu comportamento se poderia ou não sair novamente.

“O velho esquema simples do encarceramento e do fechamento – do muro espesso, da porta sólida que impedem de entrar ou de sair – começo a ser substituído pelo cálculo das aberturas, dos cheios e dos vazios, das passagens e das transparências.”(Foucault, 1994, p. 144)

Como nas instituições escolares das décadas passadas, essas escolas também fazem uso dessa vigilância hierárquica. Isso se evidencia quando o aluno é alvo de um olhar que incrimina e acusa olhar este sustentado por uma violência resultante de regras escolares.

4 – Conflitos na relação professor-aluno

A escola produz uma violência. Essa violência é instituída na sociedade como forma de gestão que não difere do ocorrido na escola. Os alunos são dominados pelos professores e estes, por sua vez, também estão subordinados a uma estrutura e uma lógica opressiva. Problemas como estes devem ser levados à reflexão coletiva, dentro e fora da sala, de aula com o intuito de não culpabilizar o professor e para que este não se sinta solitário ao lidar com o aluno, já que a violência não é uma relação particular, mas coletiva. Se a escola não age assim, ela se isola e não busca intercâmbio entre instituições, principalmente a família devido ao receio de lidar com os conflitos.

A discussão das formas de operar deve ser feita num trabalho mútuo entre aluno-professor, para facilitar a convivência de todos no ambiente escolar. Quando as regras são simplesmente impostas aos alunos e estes são punidos categoricamente por não cumpri-las, atua-se dentro de um modelo autoritário.

Com isso não questiono o uso da prática de atitudes disciplinalizadoras, mas, a necessidade de se refletir sobre essas práticas, sobre qual resultado obtido pelo trabalho imposto no que se refere à indisciplina.

Comumente é declarada nas falas de profissionais em educação a necessidade de impor aos alunos limites para os mesmos estarem comportados durante as aulas, para não se acidentarem durante o intervalo do recreio, para se comportarem bem quando a escola é visitada ou quando os alunos visitam um outro local.

“Os relatos dos professores testemunham que a questão disciplinar é, atualmente, uma das dificuldades fundamentais quanto ao trabalho escolar. Segundo eles, o ensino teria como um de seus obstáculos centrais a conduta desordenada dos alunos, traduzida em termos como: bagunça, tumulto, a falta de limite, maus comportamentos, desrespeito às figuras de autoridade etc.” (AQUINO, 1996, p. 40)

Isso ocorre porque a indisciplina possui significados diferentes, mas sempre estará associada a um comportamento inadequado relativo à desobediência, rebeldia ou até mesmo desrespeito a alguém. No entanto o que se faz é a reprodução de cobranças para que a escola atenda a expectativa dos pais de ensinar aos filhos como se comportarem bem, de obedecerem as regras e obterem “sucesso”, para que filhos sejam reconhecidos como modelos de conduta.

Algumas atitudes como estas são apontadas pelos educadores como atitudes de "alunos indisciplinados", tentam impor a modelagem dos alunos sem ao menos entender que possivelmente a relação tensão sinalize uma recusa por parte dos mesmos, devido a um não acolhimento dos seus interesses.

Para alguns educadores a escola seria um espaço social perfeito se fosse possível controlar tudo e todos, mesmo se fosse também necessário o uso de um tipo de tecnologia com "invasão de privacidade". Essa tecnologia feita com o uso de câmeras capazes de captar imagens dentro das salas de aulas, no pátio... onde as atitudes dos alunos, a partir do momento em que os mesmos entrassem dentro da escola, pudessem ser julgadas de maneira negativa ou não, com isso invadindo de certa forma a privacidade, mesmo comprometendo as relações pessoais entre alunos e professores. Muitos à beira de "ataque de nervos" debatem sobre possíveis soluções que possibilitem um trabalho educacional eficaz frente à hostilidade existente como se estivesse só em alguns alunos. Esse seria o ponto de esclarecimento e de resolução de maioria dos problemas e conflitos dentro da escola, ou seja, "um olhar perfeito onde nada escaparia": quem estaria falando a verdade, como foi iniciado um conflito entre alunos. Os conflitos existentes entre os alunos no espaço escolar são desafios para serem discutidos. Os alunos se afrontam, o intuito é apontar certo e o outro errado. Quando há confronto entre os alunos cada um defende-se apontando a si mesmo como quem está certo e seu oponente como quem está errado, quando isso ocorre e o professor não acompanha o conflito desde o início tenta, usando da sua autoridade, para amenizar o conflito, a razão se torna a luta, o desafio e esses elementos acabam beneficiando o aluno, que ao fazer uso da razão, nem sempre é aquele que declara a verdade.

Alguns professores questionam afirmando que a educação, ao se referir a imposição de limites ao alunado no combate à indisciplina, já esteve a cargo da igreja, da família, do governo e parece hoje caber essa responsabilidade ao professor. Outros acreditam que um projeto pedagógico bem definido e imbuído do comprometimento da família, como conhecedora desse projeto, possibilita à escola uma facilidade para assumir essa responsabilidade. Acredita-se que escola, enquanto equipamento social tende a defender o aluno, que pode se sentir mais valorizado e participante se a família estiver presente de alguma forma acompanhando, na medida do possível, o cotidiano escolar. No entanto para alguns, além de rara, essa participação da família pode ser vista como negativa, pelos membros da família e também pelos próprios alunos que preferem não ter sua família dentro

da escola, porque sabem que o objetivo pode envolver não só o apoio à escola, mas uma relação de submissão dos alunos dentro do cotidiano escolar.

Outro questionamento de alguns professores, no que tange à indisciplina escolar vem associado ao excesso de alunos nas salas de aulas. Isso torna o professor impedido de dar uma atenção especial às singularidades de cada educando.

Os motivos mais freqüentes para a indisciplina nas escolas, segundo os professores são:

Os alunos não têm limites. Assim são estigmatizados os que apresentam comportamentos tidos como rebeldes ou agressivos e considerados com dificuldade de respeitar os outros, seja o não respeito aos professores ou até mesmo aos próprios colegas de classe. A estruturação escolar no tocante à questão disciplinar, deve ser refletida juntamente com a família, pois a educação não é responsabilidade total da escola e sim compartilhada com a família e com muitos outros elementos, instituições, realidades, que escapam a ambas.

Aponta-se também o excesso de alunos em salas de aula, tornando-as superlotadas, e a dispersão dos alunos, associada à falta de interesse e motivação.

Se o professor se reconhece como aquele que assume atribuições quanto à educação, talvez se busque no professor (inclusive pelo próprio professor) um heroísmo para que dê conta de algo que escapa às suas possibilidades. Os alunos são entregues à escola, como em uma válvula de escape, pois a família em muitos casos não consegue controlá-los. As instituições escolares atendem uma demanda de alunos que apresentam comportamentos distintos que, facilmente, podem ser classificados como comportamentos negativos, assim estes alunos são alvos de influências que contribuem para reações diversas, mas comportamentos podem surpreender os educadores, quando se esperam de alunos estigmatizados como “indisciplinados” atitudes agressivas e estes alunos por sua vez agem da forma esperada pela escola, mesmo que seu “bom comportamento” seja momentâneo.

Porém no cotidiano escolar dificilmente no comportamento dos alunos é positivado. Frequentemente são estigmatizados como indisciplinados, “tachados” como “terríveis” e rotulados como aqueles que não têm mais jeito, alguns denominados como os que não têm mais “conserto”.

De acordo com as observações feitas, na minha prática, no cotidiano escolar, tenho comprovado que para alguns educadores devido à ausência de limites, de atenção, de respeito, o aluno acaba por infringir as regras impostas pela escola. Infrações que assumem critérios diferentes, pois em algumas escolas o fato do aluno brincar após o horário das aulas, enquanto aguarda seus responsáveis, é algo aceitável, no entanto em outras instituições de ensino isso é considerado prejudicial e os alunos independentemente da sua faixa etária devem permanecer sentado no local indicado pelo professor a fim de evitar possíveis agitações. Para a escola lidar com alunos que tem dificuldade de respeitar as regras, porque apresentam motivos variados, é o mesmo que trabalhar as singularidades no contexto escolar, mas a escola acaba por anulá-las a fim de impor a submissão em “massa” desses alunos.

A exclusão do aluno em relação aos demais educandos ocorre quando o aluno permanece isolado em um ambiente distante dos demais. Nestas ocasiões o aluno é humilhado ou envergonhado diante por uma atitude que infringiu a “ordem” imposta pela escola. Neste processo o aluno pode ser forçado a realizar uma atividade “útil”, que contribua com o trabalho dentro do espaço escolar, a fim de mantê-lo ocupado. Com isso, e sua “inadequada” conduta é compensada com uma espécie de pena alternativa.

Geralmente, nesses casos, o professor é o principal agente de uma prática constrangedora. Mas vale ressaltar que para alguns alunos situações diversas não o inibem e voltam a ter atitudes consideradas negativas pela escola. Assim, além de serem excluídos por algum tempo do grupo, quando são várias vezes reincidentes acabam sendo expulsos da instituição escolar.

Para tanto, há educadores que estimulam a prática da pena de talião: mata-se quem matou... O que para o senso comum se traduz como “dente por dente e olho por olho”. (FOUCAULT, 2005)

Com o intuito de assim fazer “justiça” professores pensam inibir de novo uma conduta inadequada por parte de um aluno agressor, ao ponto de repugná-la.

“Não é que o professor malevolamente se oponha aos alunos, mas ele mesmo é formado para obedecer, para cumprir com uma função disciplinarmente sem questionar, sem participar, sem ser introduzido à arte

do diálogo. A discussão não consta do currículo escolar da formação de professores.” (SCHEINVAR, 2008, p.9)

Todas as punições, desde o século XIX, são formas de controle exercidos tanto sobre os que cometem efetivamente faltas graves, quanto faltas leves, e também sob aqueles que no cotidiano escolar estão sujeitos a cometer infrações.

Então ao se discutir os fatores que contribuem com os conflitos existentes entre alunos e professores, comumente os alunos, neste cenário, são apontados como os principais propiciadores desses conflitos, de forma, negativa seja:

- porque os professores julgam que os alunos não tem limites. Afirmação esta questionável também, pois até que ponto os alunos hoje têm liberdade para fazer o que querem? Será que realmente as crianças podem dentro de uma sociedade de controle agir sem limites?
- por não ser possível que as regras habituais sejam discutidas coletivamente entre alunos e professores.
- até mesmo pela ineficácia, em muitos casos, das punições impostas como o poder que os agentes institucionais exercem sobre o corpo discente.

Enfim para a escola é mais cômodo apontar os alunos como principais causadores da indisciplina do que discutir formas que permitam não acabar de vez com a indisciplina, pois teria caráter utópico mas ao menos amenizá-la.

Conclusão

Há séculos a indisciplina é algo latente no contexto escolar, não obstante coube neste trabalho a discussão da relação com o aluno no que tange a questão disciplinar. Não com o intuito de dar conta de tal problemática, mas a fim de refletir sobre a mesma, em uma sociedade onde a disciplinarização é fabricada por uma tecnologia específica, exercida através do poder. Poder este que precisa ter seus efeitos “des” estigmatizados como negativos, pois os efeitos do poder podem gerar produções distintas de uma determinada realidade, sem necessariamente ter um cunho de juízo moralista.

Com isso ao longo dos séculos o objetivo do uso dos castigos corporais ou morais dentro das instituições escolares referiam-se a diminuir a indisciplina, mas práticas semelhantes utilizadas ainda hoje não são totalmente eficazes para conter os alunos tidos como indisciplinados. Envolvidos em uma rede onde a violência marca a sua trajetória de vida, sendo manifestada de diversas formas, os alunos são agredidos, se agredem mutuamente, agredem professores, inspetores...de forma verbal e física. Essas agressões são nítidas dentro da escola, pois até na mídia escrita e televisiva, esporadicamente agressões, tem sido noticiadas, acabando por serem perpetuadas para além dos portões escolares

A chamada indisciplina: uma questão de culpas? Ao invés de se apontar culpados no que se referem à indisciplina que ocorre diariamente nas escolas brasileiras, o interessante seria a possibilidade de se construir novos olhares já que a indisciplina escolar é algo que atinge a todos: a família, os professores, os alunos, os diretores, os coordenadores... Enfim é inegável que quando a indisciplina é definida, dentro das instituições escolares, como algo que deve ser discutido coletivamente, com as normas que estabeleçam uma convivência agradável a todos os envolvidos no processo escolar, os resultados tendem a serem positivos também.

Vale ressaltar que a reflexão não deve se limitar a imposição de regras por parte dos educadores ou até mesmo diante da participação dos alunos, como já é habitual ocorrer no início do ano letivo, isso porque quando os alunos expõem suas opiniões sobre quais regras devem existir, na maioria das vezes reproduzem justamente o que lhes foi imposto pelos educadores ao longo dos anos letivos anteriores.

As regras impostas fazem parte do convívio escolar, elas supõem ordens. Mediante essas ordens em contrapartida as infrações também estão presentes e, frente ao problema de indisciplina não é feito um “diagnóstico” capaz de investigar o fundamento para a indisciplina e sim um apontamento da culpa.

A família costuma responsabilizar a escola por diversos motivos desde o despreparo dos professores até a maneira como a direção escolar se posiciona frente aos problemas.

As falas dos educadores, em sua maioria, estão reforçadas com discurso de que as crianças não têm limites e se faz necessário a imposição de regras, mesmo que estas regras não façam sentido para os alunos. Assim o profissional em educação passa a rotular os discentes, fazendo o uso da vigilância no espaço escolar, seja ela na forma de confinamento ou das localizações funcionais já que tanto um quanto outra são eficazes mecanismos de controle. Por outro lado é comum os relatos de educadores que nos conselhos de classe acabam por culpar sempre a família deste ou daquele aluno pelas suas constantes agressões físicas e verbais aos demais, pela maneira inadequada de falar, pelos confrontos na sala de aula tanto em relação aos professores quanto aos demais alunos. A lista de apontamentos é extensa mas os tópicos são comum no cotidiano escolar.

Com isso o interesse de se anular a indisciplina, tornando os alunos indisciplinados em alunos dóceis e úteis para a escola, está aliado à execução de mecanismos disciplinares capazes de produzir padrões comportamentais que tendem a neutralizar as diferenças existentes entre os alunos.

Ao se discutir a utilização do espaço escolar, o seu aproveitamento adequado pode ser uma importante ferramenta para manter a disciplina, visto que desde a disposição das carteiras nas salas de aula até as portas dos espaços sanitários, utilizados pelos alunos nas instituições escolares, são utilizados como mecanismos de controle que contribuem para o processo de disciplinarização. Então vale repensar a questão disciplinar com a finalidade de possibilitar produções que permitam, tanto para alunos quanto professores, analisar a indisciplina no cotidiano escolar de forma coletiva sob uma ótica: não só punitiva, envolvendo de acordo com cada realidade, desde a família até os alunos, com regras sim, que permitam uma convivência capaz de resultar efetivamente no processo educativo.

Referências Bibliográficas

- 1 - ALVARES Uria, Fernando y VARELA Julia. Arqueologia de la Escuela. Madrid: La Piqueta, 1992.
- 2 – AQUINO, Júlio Groppa(org).Indisciplina na escola – alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1996.
- 3 _ FOUCAULT, Michel. A verdade e as formas jurídicas. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2005.
- 4 _ ----- Vigiar e Punir. Petrópolis: Vozes, 1994.
- 5 – FRANCA, Leonel. SJ. O método pedagógico dos jesuítas. Flum. Januário. Imprimi Potest, 1951.
- 6 – GUIMARÃES, A.M. Vigilância, punição e depredação escolar. Campinas: Papirus, 1985.
- 7_ MORAES, A.L. Reforma da disciplina escolar: quaes os methodos por excellencia?. Rio de Janeiro: A Noite.(Memória ao Terceiro Congresso Americano da Criança), 1922
- 8 _ SCHEINVAR, Estela. Alunos indóceis em escolas “bem-comportadas”: por uma genealogia da violência na escola. UERJ/UFF.
- 9 _ SCHEINVAR, Estela. A produção da (IN)disciplina: Análises a partir da prática do Conselho Tutelar. Revista Educação e Realidade: RJ, 2008.

Anexos

Encaminhamento ao Conselho Tutelar

1 - Descrição do fato:

Infração:

S. esteve envolvido em confusão com a colega D. e N. (esta foi agredida fisicamente por D.) Os três alunos envolvidos foram encaminhados ao Conselho Tutelar.

S. tem uma história, na escola, de muitas dificuldades nas relações.

Providências tomadas pela unidade escolar:

O aluno foi chamado pela coordenação e suspenso das aulas até o comparecimento do responsável.

Resultados obtidos:

Até a presente data, o responsável não compareceu à escola.

Considerações:

Desde a infância, na escola, o aluno sempre se comportou muito mau e agressivamente com os colegas.

2 - Descrição do fato:

Infração:

Agressão aos alunos e desrespeito com os professores.

Providências tomadas pela unidade escolar:

Muitas conversas com a avó e com o aluno. Mudança da rotina dele na escola já que deixa bem claro que não quer estudar.

Resultados obtidos:

Até a presente data nenhum.

Considerações:

Seu irmão F. também está na escola e imita as atitudes de M.

3 - Descrição do fato:

Infração:

A mãe se nega a levar seus filhos J. e B. para uma avaliação psicológica e diz que não consegue impor limites.

Providências tomadas pela unidade escolar:

A escola chamou a família várias vezes para conversar, muitas conversas, muitas tentativas, troca dos alunos de salas de aulas e encaminhamentos para avaliação.

Resultados obtidos:

Até a presente data nenhum.

Considerações:

Nenhuma.

4 - Descrição do fato:

O aluno estuda na escola P.A.M desde fevereiro de 2004 e vem apresentando um comportamento extremamente agressivo e desrespeitoso já algum tempo.

M. agride física e verbalmente seus colegas de turma e os responsáveis dos alunos estão muito revoltados, nos cobrando uma atitude. M. também agride verbalmente funcionários da escola e muitas vezes se nega a fazer as atividades.

È importante mencionar que o pai do aluno já foi chamado várias vezes mas quem acompanha a vida escolar do aluno é a avó paterna já que o menino mora com ela.

5 - Descrição do fato:

J. e P> estão na escola desde 2005. São duas crianças bastante agitadas e com sérias dificuldades em respeitar as regras.

Os dois já foram encaminhados para avaliação com psicólogos mas a mãe embora reconhecendo a necessidade e se comprometendo a fazê-lo diz que não pode levá-los pois tem um filho pequeno que não tem com quem deixar.

Já chamamos os pais deles várias vezes mas a família sempre foi muito resistente dizendo que não pode fazer nada. As crianças chegam na escola sem material na mochila, com brinquedos que trazem de casa e atrapalham a aula, vem sujos, com roupas rasgadas, envolvem-se em conflitos com colegas, desrespeitam os professores e autoridades escolares. Segundo mãe, os dois só “respeitam” o pai, pois tem medo dele.

Observação:

Os trechos citados anteriormente foram extraídos, na íntegra, de relatórios sobre alunos que foram encaminhados das escolas, tanto públicas quanto privadas, para o Conselho Tutelar.